

Os sujeitos sociais do PROEJA e o direito à educação: conhecendo o perfil socioeconômico dos alunos do Instituto Federal Fluminense *campus* Guarus do curso técnico PROEJA em eletrônica (1ª, 2ª e 3ª séries – 2010)

Joelma Rezende Benvindo de Barros*

Resumo

O presente artigo propõe-se a fazer uma abordagem sobre o perfil socioeconômico dos alunos do IFF-*campus* Guarus do Curso Técnico PROEJA em Eletrônica no ano de 2010, visando conhecer esses sujeitos e suas possíveis dificuldades na aprendizagem. Utiliza-se como subsídios teóricos a visão sociointeracionista de Lev Semenovich Vygotskye um panorama da educação brasileira baseados em Romanelli, Ghiraldelli Jr e outros. A metodologia teve como base os seguintes instrumentos investigativos: documentos de registro de matrícula, ata de resultados finais, questionários e conversas com professores e alunos. Como resultado, a pesquisa apontou que a maioria dos alunos é de classe social de baixa renda e veem o curso como meio de conseguir um bom emprego que proporcione a eles e a seus familiares melhores condições financeiras e ainda lhes possibilite um ensino de qualidade numa instituição reconhecida no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação. Perfil socioeconômico. PROEJA. Curso de eletrônica.

Abstract

This article aims to make the approach on the socioeconomic profile of students on the IFF- Guarus Campus of the Technical Course PROEJA in electronics in 2010,

* Graduada em pedagogia-FAFIC. Estudante de Pós- Graduação PROEJA-IFF Guarús. E-mail: jobenvindo@gmail.com.

seeking to learn these subjects and their possible difficulties in learning. It is used as theoretical support sociointeractionist The Vision of Lev Semenovich Vygotsky and a panorama of Brazilian education based in Romanelli, Ghiraldelli Jr and others. The methodology was based on investigative instruments as proof of registration documents, minutes of the final results, questionnaires and conversations with the teachers and students. As a result of the survey indicated that most students are of a low class and see the course a way to get a good job that gives them and their families better off financially and still nurture them a quality education in a recognized institution in the labor market.

Key words: Education. Socioeconomic profile. PROEJA. Eletronic course.

Introdução

O sujeito do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), é o jovem, ou adulto que em sua maioria já esteve na escola quando criança, mas que por uma série de motivos, abandonou a escola ou pela mesma foi abandonado: seja pela oferta irregular de vagas, pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

Esses sujeitos, em sua maioria, quando retornam a escola, fazem-no guiados pelo desejo de melhorar de vida, ou por exigências ligadas ao mundo do trabalho ou, ainda, para que possam ter uma oportunidade de superar o desemprego, a falta de horizontes e a exclusão social em que, muitas vezes, se encontram.

Além da difícil tarefa de mobilização de jovens e adultos para retorno à escola, do desafio de que permaneçam no sistema escolar, há um elemento fundamental que o PROEJA precisa enfrentar: como fazer para que conhecimentos produzidos sejam significativos, tenham qualidade e permitam aos estudantes maior autonomia para serem sujeitos da própria história? Esta é uma das maiores dificuldades em relação ao ensino do PROEJA.

Outro grande desafio é desconstruir uma concepção de uma educação compensatória, de um ensino aligeirado para recuperar um tempo perdido como se o tempo de estudar, de frequentar a escola fosse só na infância ou adolescência, que o jovem e o adulto não têm “direito” a uma educação de qualidade, pois seu tempo de estudar já passou. É preciso considerar que na juventude e na vida adulta também há tempo de aprendizagem, conforme

escrito no Documento-Base Nacional do Ministério da Educação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade:

... Grupos jovens têm questões próprias, ligadas às formas de ser e de estar no mundo, de expressar suas juventudes, sua cultura, seus desejos e sonhos futuros. Formas de ser constituídas, também, na luta cotidiana no mundo do trabalho e da sobrevivência, na exposição às vulnerabilidades sociais de violência, vítimas de altos índices de homicídio- situações que contribuem para afastá-los da possibilidade de acesso e permanência na escola e de torná-los sujeitos de processos de formação e de humanização. O reconhecimento de maciça presença de grupos etários integrantes da categoria histórica jovem, de juventudes nos processos educacionais, tem sido denominado de juvenilização da EJA (Educação de Jovens e Adultos), imprimindo também a necessidade de foco sobre esses sujeitos nas ofertas educativas. (BRASIL, 2008).

Compreender o aluno é fundamental para realizar-se um bom trabalho no PROEJA. Assim necessita-se saber como ele aprende diante das suas maiores dificuldades. Conhecendo as especificidades dessa clientela, pode-se elaborar um currículo capaz de alcançar o objetivo maior que é resgatar sua autoestima e a autoconfiança, mostrando a eles suas potencialidades para continuarem seus estudos que, em muitos casos, já foram interrompidos mais de uma vez por diversos motivos.

Sem um conhecimento desses alunos, não compreendendo como ocorrem seus aprendizados, e quais são suas maiores dificuldades, não se pode realizar um trabalho que os conduza à autonomia, e tão pouco garantir-lhes uma educação de qualidade.

Na busca de uma educação de qualidade que garanta, ou forneça condições, a esses sujeitos de ingressarem no mundo do trabalho de forma a conquistarem uma condição digna, defende-se um projeto educacional que tenha como fundamento a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral; e inserido nesta proposta tem-se o PROEJA.

O PROEJA traz para a formação desses sujeitos aqui já apresentados uma proposta de educação com política de inclusão social emancipatória, conforme descrito no Documento-Base da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

O que se aspira é uma formação que permita a mudança de perspectiva de vida por parte do aluno; a compreensão das

relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte; a ampliação de sua leitura de mundo e a participação efetiva nos processos sociais. Enfim, uma formação plena. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral. (BRASIL, 2007, p. 5).

Com o objetivo de conhecer melhor esses sujeitos será delineado um perfil socioeconômico dos alunos do IFF *campus* Guarus do Curso Técnico PROEJA em Eletrônica no ano de 2010 e que será apresentado no desenvolvimento deste artigo.

Objetivos

A pesquisa teve como objetivo conhecer o aluno do PROEJA IFF - *campus* Guarus do Curso Técnico PROEJA em Eletrônica (1^a, 2^a e 3^a séries – 2010), analisar o perfil destes alunos e reconhecê-los como sujeitos de direito à educação. Assim, pode-se verificar suas possíveis dificuldades na aprendizagem e barreiras do cotidiano para cursar o PROEJA.

Referencial teórico

Neste projeto será utilizado como referencial teórico alguns autores que vem estudando sobre a EJA e o PROEJA, bem como Documentos-Base do Ministério da Educação e ainda obras de Vygotsky que, embora não tratando diretamente das questões da EJA e PROEJA, fornecerá um embasamento para que se possa detectar como ocorre a integração entre ensino e aprendizagem.

A visão sociointeracionista tem o psicólogo Lev Semenovich Vygotsky como seu representante mais conhecido.

Conforme Rego (2007), os estudos empreendidos por Vygotsky e seus colaboradores foram de grande importância para a área de educação na medida em que traz importantes reflexões sobre o processo de construção psicológica e como consequência, suscita questionamentos, apontam diretrizes e instiga a formulação de alternativas no plano pedagógico. “Ao desenvolver o conceito de zona de desenvolvimento proximal e outras teses, Vygotsky oferece elementos importantes para a compreensão de como se dá a integração entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento” (p.103).

Segundo Vygotsky (2003), o aprendizado das crianças começa antes delas frequentarem a escola. Quando chegam a elas já trazem consigo

conhecimentos sobre vários assuntos e a escola faz a sistematização destes conhecimentos. Para Vygotsky a maior contribuição desta entidade não reside neste ato, mas em propiciar a criação da zona de desenvolvimento proximal, pois nela a criança poderá interagir com o professor e agir em cooperação com outras crianças para solucionar problemas que não solucionaria sozinha. Conforme Rego (2007),

Vygotsky identifica dois níveis de desenvolvimento: um se refere às conquistas já efetivadas, que ele chama de nível de desenvolvimento real ou efetivo, e o outro, o nível de desenvolvimento potencial, que se relaciona às capacidades em vias de serem construídas,... A distância entre aquilo que ela é capaz de fazer de forma autônoma (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ela realiza em colaboração com os outros elementos de seu grupo social (nível de desenvolvimento potencial) caracteriza aquilo que Vygotsky chamou de zona de desenvolvimento proximal. (REGO, 2007, p.72 e 73).

Portanto é fundamental para os educadores conhecer e identificar estes níveis para saber o que seus alunos já são capazes de fazer sozinhos e no que eles precisam de ajuda, de mediação para realizar e conquistarem autonomia. Trabalhar com essa proposta possibilita ao educador elaborar atividades em grupo onde os alunos poderão interagir entre si e contar também com a mediação do professor para passar do nível de desenvolvimento potencial para o real.

Vygotsky ressalta, no entanto, que, se o meio ambiente não desafiar, exigir e estimular o intelecto do adolescente, esse processo poderá se atrasar ou mesmo não se completar, ou seja, poderá não chegar a conquistar estágios mais elevados de raciocínio. Isto quer dizer que o pensamento conceitual é uma conquista que depende não somente do esforço individual, mas principalmente do contexto em que o indivíduo se insere que define, aliás, seu “ponto de chegada”. (REGO, 2007, p.79).

A interação e o aprendizado são aspectos relevantes da teoria de Vygotsky e tem grande relevância para esta pesquisa, pois segundo ele o meio em que o sujeito está inserido influencia o seu desenvolvimento, e a escola tem um papel muito importante para superar as possíveis deficiências de um meio pouco desafiador que não estimule tanto o intelecto de quem nele está vivendo. A escola, portanto, deve oferecer a este indivíduo

possibilidades estimulantes e desafiadoras para que ele possa ter condições de atuar e transformar o seu meio social e tenha condições de construir novos conhecimentos.

Um trecho do livro de Rego (2007) sintetiza bem o que se tem dito até aqui.

...a escola deve ser capaz de desenvolver nos alunos capacidades intelectuais que lhes permitam assimilar plenamente os conhecimentos acumulados. Isto quer dizer que ela não deve se restringir à transmissão de conteúdos, mas, principalmente, ensinar o aluno a pensar, ensinar formas de acesso e apropriação do conhecimento elaborado, de modo que ele possa praticá-las autonomamente ao longo de sua vida, além de sua permanência na escola (DAVIDOV, 1988, p. 3 apud REGO, 2007, p. 79).

A seguir um panorama da educação brasileira será apresentado com o objetivo de se fazer uma relação entre educação e o desenvolvimento econômico do país.

Panorama da educação brasileira estabelecendo relações com o desenvolvimento econômico

De 1500 a 1822, o Brasil foi uma colônia de Portugal, portanto não possuía legislação própria e a educação era ministrada pelos jesuítas com o objetivo de catequizar. Em 1822, o Brasil tornou-se um império livre de Portugal. Surge a primeira constituição em 1824 e nela, a educação passou a ser um direito de lei.

Neste período, a economia do país era baseada na monocultura latifundiária, um modelo agrário-exportador, e a educação era para os filhos dos fazendeiros, donos de terra que estudavam para administração pública e para governar o país por meio de cargos políticos. Não havia escola pública. O sistema educacional era restrito e propedêutico apenas para a elite e esse período só finda em mais de 60 anos depois em 1889, quando nasce a República que, inicialmente, pouco favoreceu melhorias para a educação dos pobres.

Assim escreve Romanelli (1990):

A forma como se instalou o regime republicano no Brasil e como se conduziram no poder as elites, em nada modificando a estrutura sócio-econômica, influiu para que, de um lado, não

houvesse pressão de demanda social de educação e, de outro, não se ampliasse a oferta, nem se registrasse real interesse pela educação pública, universal e gratuita. Não é, pois, à falta de recursos materiais que se deve imputar maior soma de responsabilidade pela ausência de educação do povo, mas à estrutura sócio-econômica que sobreviveu com a República. (ROMANELLI, 1990, p.60).

Mais tarde o país sofre transformações de ordem econômica e social. Na economia ocorre a mudança de um modelo exclusivamente agrário-exportador para um modelo urbano-industrial. Essas transformações ocorreram motivadas pela crise econômica mundial de 1929 bem como a crise do café. Isso levou o Brasil a iniciar seu processo de industrialização voltado para o mercado interno.

A economia brasileira reagia de forma dinâmica aos efeitos da crise: o crescimento do mercado interno e a queda das exportações implicaram a transferência de renda de um para outro setor. Essa transferência se fez do setor tradicional para o moderno, ou seja, da área agrícola para a industrial. (ROMANELLI, 1990, p.48).

Mas, esse modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição de importações acabou entrando em colapso pela inelasticidade do mercado interno, isso porque a maior parcela da população brasileira estava na zona rural, e desta forma, longe da sociedade do consumo, e a outra parcela da população que estava na zona urbana tinha salários baixos, o que limitava seu consumo, abrindo, assim, as portas para o capital internacional.

A nova ordem político-econômica da década de 1930 trouxe certa mobilidade social e com ela o aparecimento de novas exigências educacionais.

Em 1930 as eleições ocorreram em meio à grande agitação política, houve fraude e o candidato da situação foi vitorioso. O novo governo de caráter provisório sob a presidência de Getúlio Vargas ficou no poder de 1930 a 1945, 15 anos, dos quais, de 1930 a 1937 foram marcados por um período instável e de uma ditadura que durou oito anos (1937 a 1945) denominada “Estado Novo”.

Em 1945, caiu a ditadura Vargas que foi substituída por um governo eleito, o presidente Dutra. Este tentou retomar antigas posições, a política de desperdício e a falta de proteção cambial e tarifária, mas tais atos não foram aceitos pela burguesia industrial. (ROMANELLI, 1990).

Vargas volta ao poder pelo voto popular dos que queriam a continuidade da política econômica do Estado Novo, em 1951. Porém, em 1954, ele se suicida. O país passa então por um período de golpes e contragolpes até a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira que traz um clima de otimismo. Com ele, ampliou-se a implantação da indústria pesada no Brasil, mas o modelo populista de Getúlio não se arrefeceu.

Apesar de o Brasil se industrializar e com ele ampliar-se o capitalismo, o latifúndio continuava a existir com sua cultura e seus valores.

Se de um lado crescia a procura pela escola, por outro a estrutura escolar não sofria mudanças a ponto de atender a sociedade carente.

A escola não acompanhava o momento econômico que o país vivia, em grande parte porque as pessoas que estavam tendo acesso à educação, graças a sua mudança de condição social, queriam uma educação nos moldes da educação que era dada às elites, educação propedêutica, para alcançar através dela, status. Romanelli (1990, p.56) afirma com muita propriedade: “considerando que eram os padrões de educação da elite que interessavam às camadas emergentes, o crescimento da demanda social de educação determinou a expansão de uma escola que continuou a estruturar-se segundo moldes antigos.”

Assim, o que existia era desta forma um sistema dualista: de um lado, o ensino primário vinculado às escolas profissionais para os pobres; de outro, para os ricos, o ensino secundário articulado ao ensino superior. Aqueles eram terminais e não davam acesso ao ensino superior. Estes, propedêuticos, vinculavam-se completamente ao superior. Desta forma, a evolução do sistema de ensino oscilava entre os interesses das camadas populares por mais educação e educação que assegurasse status às classes dominantes. O ensino expandiu-se, mas de forma insuficiente, dual e excludente, pois, dificilmente, a classe pobre que entrasse nesta escola conseguiria competir com a elite que tinha tempo e condições de dedicar-se a esta escola conteudista. A classe social pobre podia entrar, mas não conseguia permanecer.

A Reforma Francisco Campos por meio de decretos, cria o Conselho Nacional de Educação, em 1931, que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; estabelece a organização do ensino secundário; organiza o ensino comercial; regulamenta a profissão de contador e fornece outras providências. Era a primeira vez que uma reforma de educação era imposta a todo o território nacional, como cita Romanelli (1990). Essa reforma inovou o sistema escolar traçando novas diretrizes e dando uma organização até então inexistente ao ensino, refletindo uma nova realidade sociopolítica. Porém, ela tratou de organizar

o sistema educacional das elites e não deu a devida atenção ao ensino profissional. Não cuidou do ensino industrial, justo num momento em que este seria fundamental, exatamente por estar o país vivendo um momento de industrialização. Perdeu, assim, uma ótima oportunidade de criar um ensino profissional condizente com o desenvolvimento que teve seus primeiros passos na vida política nacional. Não aproveitou a oportunidade de criar aceitação ao ensino profissional pela demanda social que preferia o ensino propedêutico pelo status que este garantia. Deixou passar, desta forma, um momento favorável para mudar a preferência da demanda que, ao contrário, implantou uma estrutura de ensino altamente seletiva.

...a existência de uma política educacional baseada numa concepção ideológica autoritária, no que respeitava ao controle da expansão do ensino, mas ao mesmo tempo, aristocrática, no que concernia ao ensino secundário e aos cuidados com determinadas carreiras de nível superior. Refletia a sociedade do momento... (ROMANELLI, 1990, p.142).

Com a implantação de uma nova ordem econômica na primeira fase do novo regime, as classes médias em ascensão reivindicavam o ensino médio, e as camadas populares, o ensino primário. Neste período, a Igreja exercia um quase monopólio do ensino. Por isso, o movimento renovador compreendeu que o Estado deveria assumir o controle da educação e que esta deveria ser gratuita e obrigatória. A Igreja Católica, por sua vez, não queria perder este controle. O movimento renovador defendia ainda que a educação devesse ser baseada em três aspectos: laicidade, obrigatoriedade do Estado de assumir a função educadora e a coeducação. Dessa luta, então, surge o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932.

O referido movimento estabelece a relação dialética que deveria existir entre educação e desenvolvimento nacional e solicitava uma ação mais objetiva da parte do Estado.

Sendo, portanto, função do Estado, cabe-lhe, a este, proporcioná-la [educação], de tal forma que nenhuma classe social seja excluída do direito de beneficiar-se dela [educação] e ainda de tal forma que ela [educação] não constitua privilégio de uns em detrimento de outros, devendo ser manifestada de forma geral, comum e igual. (ROMANELLI, 1990, p.147).

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova queria também acabar com a estrutura dual da educação: ensino primário e profissional para os pobres e ensino secundário e superior para os ricos.

Esse movimento teve muitas vitórias, mas também derrotas, pois o regime político estruturava-se entre velhas e novas posições.

O Estado sempre fora responsável pela forma como a educação era oferecida e conforme normalmente demonstrara pouco interesse pela demanda da educação profissional, pois sempre a tratara como ensino destinado aos pobres e que não promovia status, a elite, de uma maneira geral, era a classe favorecida.

Em 1942, começam a ser promulgadas as Leis Orgânicas que estruturaram o ensino técnico-profissional. Primeiro foi organizado o ensino industrial, posteriormente, o ensino comercial e, por último, o ensino agrícola, este já em um novo regime político. Esses decretos tiveram aspectos diferentes, pois o ensino era de obrigação dos empregadores. Eles eram obrigados a oferecer formação profissional aos seus empregados e ainda tinham que manter permanentemente aprendizes. Essa medida surgiu porque o Estado não havia dado a devida importância ao ensino técnico, e neste período, com a industrialização do país e a dificuldade de contratar pessoal técnico estrangeiro qualificado, o governo viu-se obrigado a formar técnicos em quantidade, e como não tinha condições para isso, transferiu a responsabilidade para os empregadores. Nesta época, é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O país volta a viver um regime político autoritário e populista e a economia dava uma grande arrancada com a criação da siderurgia. Mais uma vez educação e desenvolvimento trilham caminhos opostos, as indústrias crescendo e o ensino técnico novamente sendo preterido pelo Estado, que mais uma vez continuava dando atenção à educação classista, voltada para conteúdos literário, acadêmico, humanista. Devido a isso, o ensino profissional continuou tendo pouca demanda e era incapaz de atender às necessidades do desenvolvimento nacional. A indústria, como continuava em plena ascendência, necessitava de pessoal com uma formação mínima e esta teria que ser feita de forma rápida para atender a sua urgente necessidade. Assim, além do SENAI, começam a organizar-se as Escolas Técnicas Federais e a criação do SENAI a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Essas escolas de aprendizagem eram procuradas pelas pessoas que precisavam começar a trabalhar mais cedo e não podiam frequentar as escolas do sistema oficial, ou seja, novamente os pobres. O ensino técnico continua sendo para pobre.

A Lei 4.024, de 1961, conforme Romanelli (1990, p.181) afirma com muita propriedade “Em essência, [...] nada mudou. A sua única vantagem talvez esteja no fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo território nacional, em cada nível e ramo.” Citando ainda Romanelli (1990, p.188) que bem descreve como a educação e a economia trilham caminhos opostos “... Enquanto o desenvolvimento caminhava firmemente no sentido da expansão do capitalismo industrial no Brasil, a educação escolar continuava a estruturar-se em bases, valores e técnicas próprias da mentalidade pré-capitalista.”

No período de 1959 até 1964, surgiram vários acontecimentos, campanhas e programas no campo da educação de adultos. Em 1964, criou-se o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que contou com a presença do professor Paulo Freire. Entretanto, neste mesmo ano o golpe militar interrompeu o Programa e os demais movimentos.

O último presidente, antes da volta à ditadura, foi João Goulart (Jango). A ditadura militar durou 21 anos; iniciada em 31 de março de 1964, finalizou-se com a eleição direta de Tancredo Neves e José Sarney em janeiro de 1985.

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional (GHIRALDELLI JR, 2008, p.112).

Os dois primeiros governos da ditadura militar trouxeram mudanças nas relações de trabalho e uma nova política salarial. Para combater a inflação baixou os salários, proibiu as negociações coletivas, ou seja, retirou todos os direitos de negociação dos trabalhadores e beneficiou os grandes empresários. As indústrias concentraram-se na produção de bens-de-consumo e as classes mais ricas podiam consumir mais, gerando um crescimento econômico rápido. Porém esse crescimento não durou muito como relata Ghiraldelli Jr (2008).

Mas após 1972, o “milagre econômico” começou a mostrar sua verdadeira face. Começamos a sentir os efeitos da baixa qualidade da nossa mão-de-obra e os limites de um desenvolvimento baseado na criação de um mercado centrado no consumo dos setores sociais mais ricos. Vimos também os efeitos dos limites tecnológicos da nossa indústria (GHIRALDELLI JR, 2008, p.123).

No período da ditadura, foi elaborada e entrou em vigor a Lei Educacional 5.692/71, porém, esta Lei, segundo Ghiraldelli Jr (2008), não significou uma ruptura completa com a Lei 4.024/61.

A Lei 4.024/61 refletia princípios liberais vivos na democracia dos anos de 1950, enquanto a Lei 5.692/71 refletia, em boa medida, os princípios da Ditadura Militar, verificados pela incorporação de determinações no sentido de uma racionalização perversa do trabalho escolar e na adoção do ensino profissionalizante no Segundo Grau de forma absoluta e universal (GHIRALDELLI JR, 2008, p.124).

Conforme artigo da Revista Brasileira de Educação de Haddad e Di Pierro (2000), os militares não podiam abandonar a escolarização básica de jovens e adultos, pois seria difícil conciliar a manutenção dos baixos níveis de escolaridade da população com a estrutura de um grande país, como os militares gostariam de construir.

Como resposta, o Governo cria em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e, posteriormente, com a promulgação da Lei 5.692 de 1971, que reformulou as diretrizes de ensino de primeiro e segundo graus, implantou o ensino supletivo. Mas os resultados alcançados com o MOBRAL e o Ensino Supletivo não foi o que se esperavam deles.

Ainda baseada na Revista Brasileira de Educação de Haddad e Di Pierro (2000), com o MOBRAL, os militares que estavam no poder pretendiam livrar o país do analfabetismo, “qu”, permitindo às empresas contar com força de trabalho alfabetizada. Isto foi imposto sem a participação dos educadores e de grande parte da sociedade.

É continuam Haddad e Di Pierro (2000, p.117): “o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola.” Mais uma vez pensando-se numa formação profissional para pessoas que já estavam trabalhando e careciam

de qualificação, o Ensino Supletivo foi organizado em quatro funções: Suplência, Suprimento, Aprendizado e Qualificação.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir de 1985 no período pós-regime militar

Com o fim do governo militar e a retomada da democratização, promulgou-se uma nova Constituição Federal de 1988 que trouxe o reconhecimento social do direito de jovens e adultos à educação fundamental. O artigo 208 estabelece o direito universal ao Ensino Fundamental público e gratuito, independente da idade. Mas como citado no artigo da Revista Brasileira de Educação, infelizmente, esse belo artigo da Constituição Federal não se concretizou.

A história da educação de jovens e adultos do período da redemocratização, entretanto, é marcada pela contradição entre a afirmação no plano jurídico do direito formal da população jovem e adulta à educação básica, de um lado, e sua negação pelas políticas públicas concretas, de outro (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.119).

O primeiro governo civil desse período extinguiu o MOBRAL, embora este já tivesse sido substituído pela Fundação Educar, que manteve suas estruturas, agora em um novo regime, a Fundação seria subordinada a estrutura do MEC e não desempenharia mais o papel que exercera na época da ditadura.

No início da década de 1990, o governo é assumido pelo presidente Fernando Collor de Mello que extingue a Fundação Educar e entre outras medidas adotadas por ele para ajustar as contas públicas, encontra-se a descentralização da escolarização básica de jovens e adultos passando a responsabilidade deste ensino para os municípios. O então presidente sofre um *impeachment*, assumindo a presidência o vice Itamar Franco que, com o objetivo de ter acesso a créditos internacionais vinculados a compromissos assumidos na Conferência Mundial de Educação para Todos, aprova o plano Decenal que fixou metas para prover oportunidades de acesso à progressão no Ensino Fundamental a analfabetos e jovens e adultos pouco escolarizados.

Em 1994, toma posse da presidência Fernando Henrique Cardoso que deixou de lado o Plano Decenal e priorizou a implementação de uma reforma político-institucional da educação pública e dentre elas aprovou

nova LDBEN 9.394, de 1996, que trouxe poucas novidades educacionais para os jovens e adultos de acordo com o artigo da Revista Brasileira de Educação.

Maiores integração aos sistemas de ensino, de um lado, certa indeterminação do público-alvo e diluição das especificidades psicopedagógicas, de outro, parecem ser os resultados contraditórios da nova LDB sobre a configuração recente da educação básica de jovens e adultos (HADDAD; DIPIERRO, 2000, p.122).

A década de 1990 foi marcada pela contradição, nos campos jurídico e político houve avanços, novas leis, na área da implementação das políticas públicas, reforma do Estado, descentralização do financiamento e dos serviços em todas as áreas incluindo a educação que teve cortes financeiros e uma transferência de responsabilidades da União para Estados e Municípios. Na esfera da educação de jovens e adultos, o Governo Federal implementou três programas de formação de jovens e adultos de baixa renda e escolaridade. Nenhum deles foi coordenado pelo MEC e todos desenvolvidos em regime de parceria: Programa Alfabetização Solidária, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e o Plano Nacional de Formação do Trabalhador.

Terminado o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que teve dois mandatos, assume o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que implementa um novo programa de governo para os jovens e adultos, o PROEJA, conforme escrito no Documento-Base Educação Profissional Técnica de Nível Médio/ Ensino Médio de agosto de 2007:

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito,... (BRASIL, 2007, p.9).

Assim, buscando oferecer uma educação de qualidade, uma formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele, o governo federal instituiu o PROEJA.

Originário do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, e denominado inicialmente como Programa de Integração da Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA expôs a decisão

governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio (BRASIL, 2007, p.12).

O programa, inicialmente, teve como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, visando à universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas. O citado Decreto é revogado com a promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que trouxe diversas mudanças para o programa, entre elas a ampliação da abrangência no nível de ensino, com a inclusão do Ensino Fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com o Decreto nº 5.840, 13 de julho de 2006, o PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio.

Este projeto educacional, de acordo com Documento-Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio/ Ensino Médio de agosto de 2007, tem como fundamento a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional. Entre suas ações, destacam-se a formação, em nível de pós-graduação *lato sensu* de docentes e gestores, a constituição de núcleos de pesquisa, entre outras.

Ainda baseado no Documento-Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio/ Ensino Médio de agosto de 2007, o PROEJA traz novos desafios para a educação, pois pretende-se com ele uma política educacional de inclusão social emancipatória, aliando formação profissional com a escolarização e tendo como princípio uma formação integral. O programa não garante aos alunos emprego ou melhoria material de vida, mas busca oferecer possibilidades a esses sujeitos de alcançar tais objetivos, além de os enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, laborais possibilitando-os ler o mundo.

Para que um programa possa se desenhar de acordo com marcos referenciais do que se entende como política educacional de direito, um aspecto básico norteador é o rompimento com a dualidade estrutural cultura geral versus cultura técnica, situação que viabiliza a oferta de uma educação academicista para os filhos das classes favorecidas socioeconomicamente e uma educação instrumental voltada para o trabalho para os filhos da classe trabalhadora, o que se tem chamado de uma educação pobre para os pobres (BRASIL, 2007, p.35).

O PROEJA é um avanço para o Público jovem e adulto, porém precisa deixar de ser um programa de governo e tornar-se uma política educacional.

Citando mais uma vez Romanelli que sabiamente escreve:

Assim sendo, parece-nos lícito afirmar, mais uma vez, que a manutenção do atraso da escola em relação à ordem econômica e à ordem social, longe de ser uma contradição de fato, era uma decorrência da forma como se organizava o poder e, portanto, servia aos interesses dos grupos nele mais notavelmente representados. (ROMANELLI, 1990, p.191).

Desse modo, para haver uma educação realmente inclusiva, de qualidade, que garanta o acesso e a permanência, não se pode mudar apenas a educação, os conteúdos, os profissionais que nela trabalham, mas a estrutura econômica, a política de educação, administração. Enfim, mudar a forma como sempre se administrou esse país. Uma verdadeira transformação social ampla como bem descreve Mészáros:

A mudança só acontecerá se for articulada na educação e na sociedade, num tempo imediato e ao longo prazo. A nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. [...] A educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. [...] Nesse empreendimento, as tarefas 'imediatas' e as suas 'estruturas estratégicas' globais não podem ser separadas ou opostas umas às outras. Os passos mediadores em direção ao futuro, só podem começar do 'imediato', mas

iluminados pelo espaço que ela pode, legitimamente, ocupar dentro da estratégia global orientada pelo futuro que se vislumbra (MÉSZÁRIOS, 2007, p.223).

Percebe-se por este breve histórico que o percurso da EJA no Brasil foi marcado por lutas e conquistas e que ainda há muito para ser feito.

Metodologia

O foco desta pesquisa é investigar o perfil socioeconômico dos alunos do IFF - *campus* Guarus Curso Técnico PROEJA em Eletrônica (1^a, 2^a e 3^a séries) no ano letivo de 2010.

Os instrumentos de pesquisa na sustentação metodológica do presente artigo foram: questionário, análise dos registros de matrícula e ata de resultados finais dos alunos.

Esta pesquisa foi realizada no IFF *campus* Guarus com 86 alunos do Curso Técnico PROEJA em Eletrônica (1^a, 2^a e 3^a séries) com a duração de três anos distribuídos em três séries.

No total de 86 matriculados em 2010, até o mês de outubro, estavam frequentando no 1^o ano, 21 alunos de 44 matriculados; no 2^o ano, 14 de 22 estudantes matriculados e no 3^o ano, 20 discentes de 20 matriculados, totalizando 55 alunos. Deste universo, foi aplicado um questionário com 36 questões, sendo respondido por uma mostra de 38 estudantes, significando um percentual de 69,1%.

O curso Técnico em Eletrônica PROEJA do *campus* Guarus iniciou no ano de 2007 com 39 estudantes (38 homens e apenas e uma mulher). Destes, 9 foram aprovados, 27, reprovados por falta e 3 reprovados por média. Em 2008, o curso começou com duas turmas; uma de 1^o ano, com 41 alunos e outra de 2^o ano, com estudantes que ingressaram no ano de 2007. A turma do 2^o ano tinha 9 alunos. No ano de 2009, eram 3 turmas: uma de 1^o ano, com 41 alunos; na de 2^o ano, havia 28 alunos e a de 3^o ano, apenas 7 alunos.

Neste ano de 2010, que é o período analisado por esta pesquisa, segundo dados do registro escolar, o *campus* tem 3 turmas do Curso Técnico PROEJA em Eletrônica: 1^o ano, 44 alunos, 2^o ano, 22 alunos e 3^o ano, 20 alunos. Totalizando 86 estudantes. O mais velho tem 49 anos e o mais novo 19 anos. A média de idade da turma é de 29 anos.

O gráfico da Figura 1 representa as matrículas feitas a partir de 2007, ano da criação do curso.

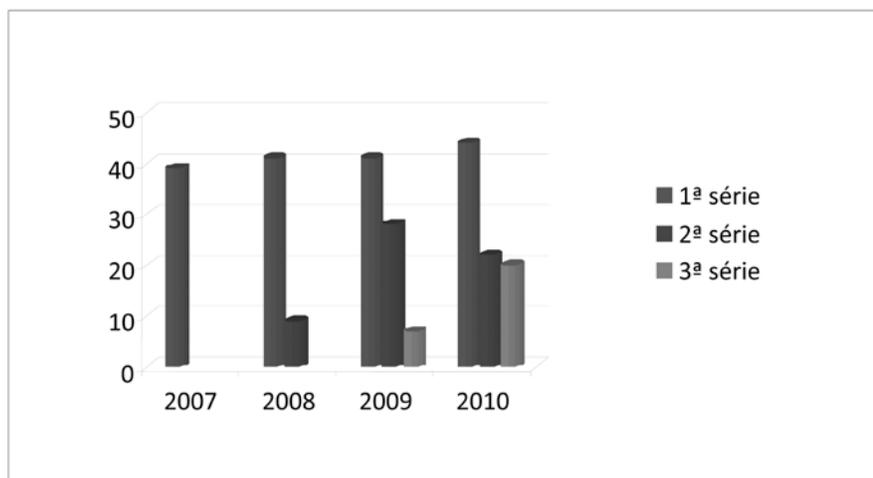


Figura 1 - Matrículas de alunos do PROEJA Eletrônica-IFF *campus* Guarus

Resultados

De um universo de 86 estudantes matriculados no Curso Técnico PROEJA em Eletrônica, 75 são homens e 11 mulheres, mostrando acentuada predominância do gênero masculino, isso por ser um curso mais identificado com o trabalho profissional masculino. O gráfico Figura 2 mostra essa divisão dos alunos por gênero.

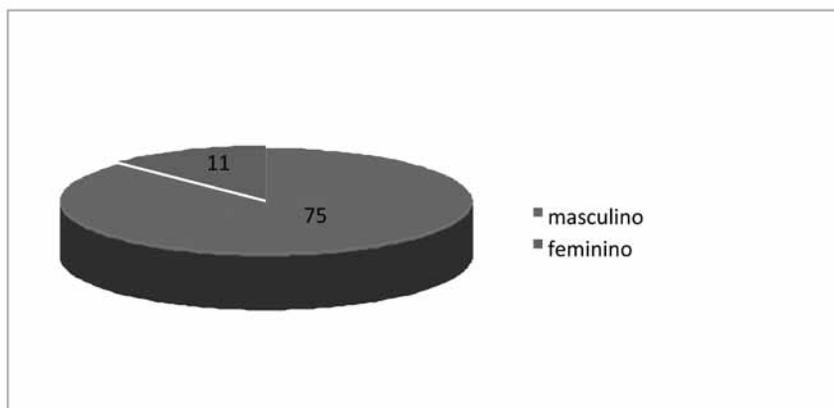


Figura 2 - Gênero da turma de Eletrônica PROEJA ano de 2010-IFF *campus* Guarus

Quanto à idade, a pesquisa apontou para uma média de 29 anos, revelando um equilíbrio. Demonstrando assim que pessoas de diferentes idades procuram o curso, o que pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 - Idade dos alunos PROEJA Eletrônica ano 2010 IFF – *campus* Guarus

Faixa de Idade	Alunos
19 a 24	26
25 a 30	28
31 a 38	22
40 a 49	10

Fonte: Registro acadêmico do IFF *campus* Guarus ano 2010

No que tange à etnia, verificou-se que 35 estudantes se identificam com a branca, 24, com a negra, 19, com a parda e os outros 8 não responderam. Percebe-se também equilíbrio quanto a esta variável não havendo grande predominância de uma raça/cor.

Ao verificar-se a origem educacional, observou-se que 8 estudantes vieram de escolas particulares, enquanto que a grande maioria (77) são provenientes de escolas públicas, como mostra o Gráfico Figura 3.

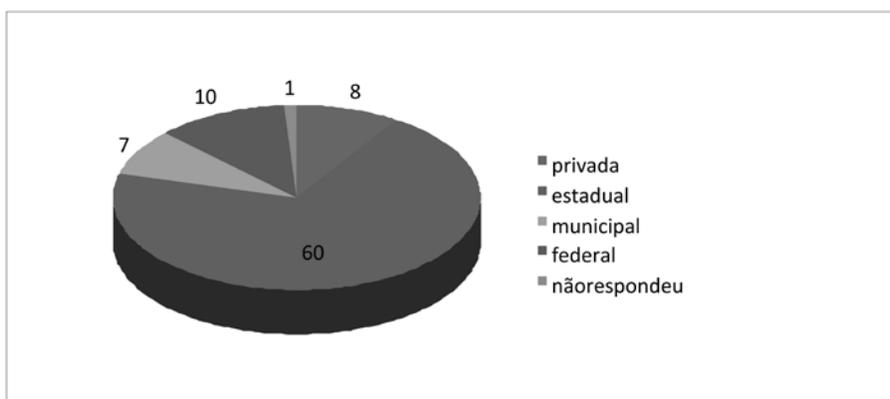


Figura 3 - Escola de origem da turma de Eletrônica PROEJA ano de 2010-IFF *campus* Guarus

Estes resultados aliados à renda familiar mostram que a maioria destes alunos são de classe social de baixa renda.

A variável renda familiar *per capita* revela que um total de 49 alunos vive com menos de 1 salário mínimo o que permite inferir que a grande maioria dos alunos deste curso são de origem pobre, não fugindo, assim, ao histórico da educação de jovens e adultos do país. O Gráfico Figura 4 detalha melhor a renda *per capita* dos alunos.

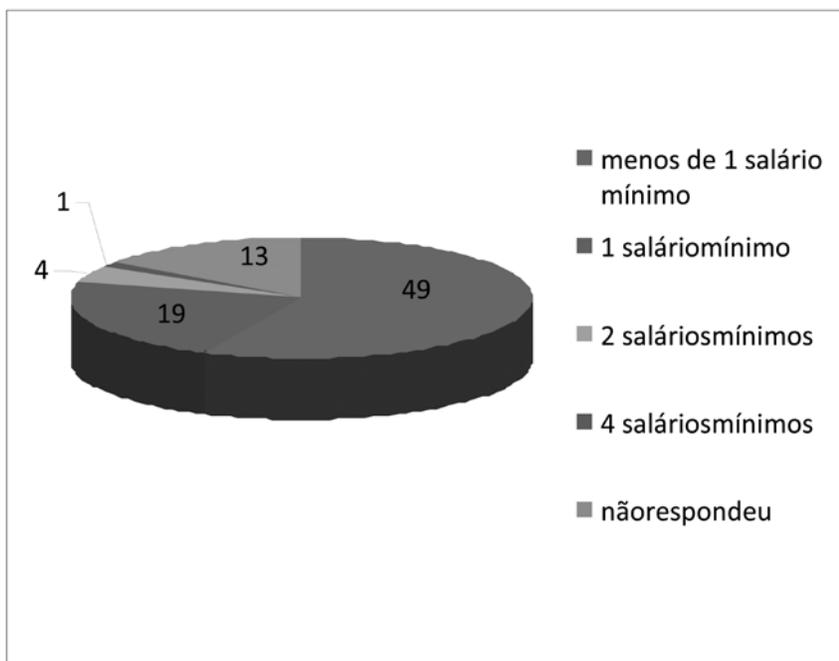


Figura 4 - Renda per capita da turma de Eletrônica PROEJA ano de 2010-IFF campus Guarus

Dos 38 alunos que responderam ao questionário, 20 são solteiros, 13, casados e 5 não responderam. Neste universo, 24 vem direto do trabalho para o IFF, 14, de casa; 17 usam ônibus para chegar à escola, o veículo bicicleta é utilizado por 13 alunos e 8 vem de carro ou moto. Já 14 tem filhos, 15 estão trabalhando em emprego formal, outros 15 tem um trabalho informal e 8 não trabalham.

A análise das razões que levaram os educandos a se matricular no PROEJA apontou as respostas mais frequentes que, segundo o gráfico representado pela Figura 5, revela que o impulso maior foram as possibilidades de adquirirem uma profissão e conseguirem um emprego.

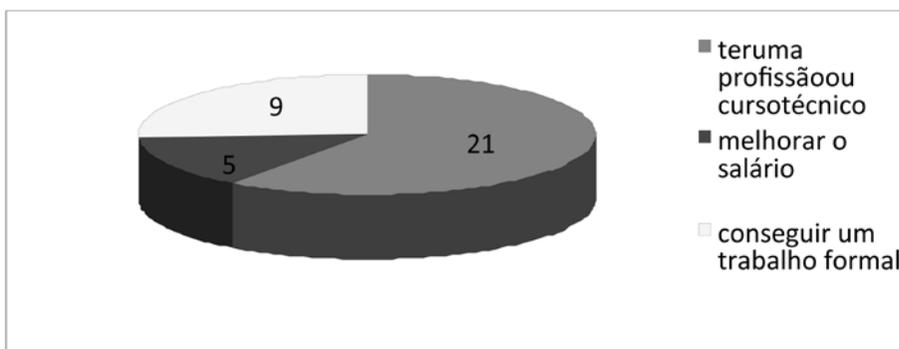


Figura 5 - Razões que levaram à matrícula no PROEJA

No que tange aos aspectos que consideram positivo no curso, o gráfico da Figura 6 revela um equilíbrio nas respostas dadas pelos 30 pesquisados, entretanto as respostas dos outros 8 alunos não atingiram número para serem considerados relevantes.

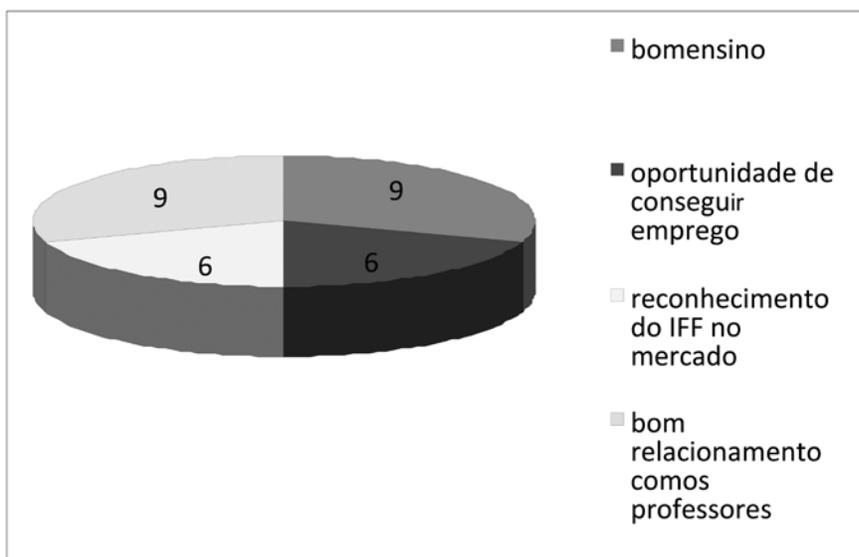


Figura 6 - Aspectos considerados positivos no curso

Quanto às limitações do curso, o gráfico da Figura 7 mostra a opinião da maioria dos 38 pesquisados. Há uma insatisfação com a parte prática do curso que é pelo alunado considerado insuficiente. Segundo fala deles, “o curso tem muita teoria e pouca prática, faltando também equipamentos de laboratórios”. As outras respostas foram estatisticamente irrelevantes.

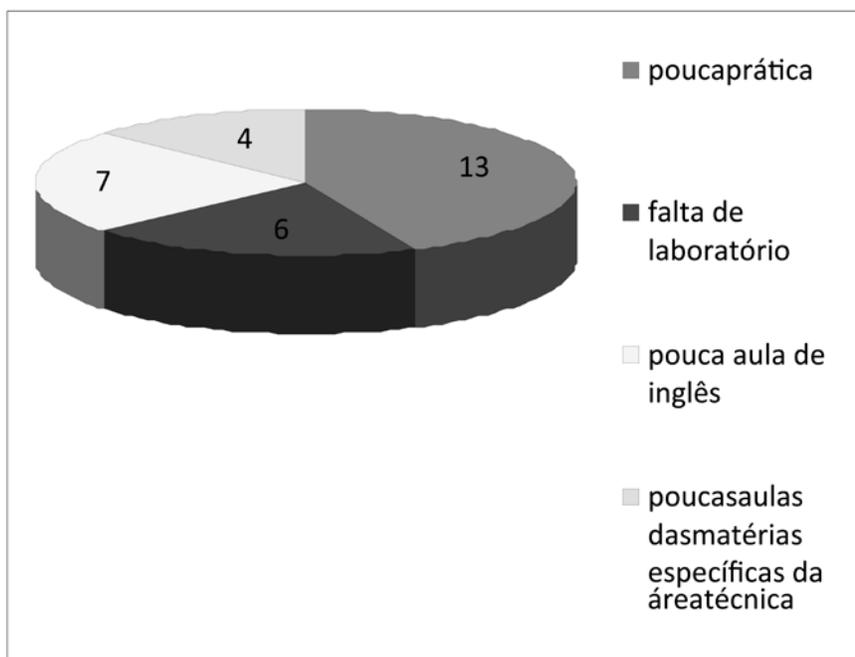


Figura 7 - Limitação do curso apontada pelos alunos de Eletrônica PROEJA ano de 2010-IFF *campus* Guarus

A relação entre teoria e prática foi avaliada pela maioria dos cursistas que responderam ao questionário, numa amostra de 38, como ruim. Pouca prática e falta de laboratório foi a resposta dada por 20 deles, o que corresponde a 52,63 % do resultado. Os alunos julgam a prática muito importante para que se sintam preparados para o mercado de trabalho.

Quanto às disciplinas, as específicas do curso e as exatas representam maior facilidade para 18 alunos, enquanto que filosofia e sociologia (14), física (12) e biologia (7) são as que trazem aos estudantes maior dificuldade. As outras respostas não atingiram número relevante para a pesquisa.

Questionados sobre o que fazem quando têm dificuldade de aprendizagem, no universo de 38 estudantes, 9 dedicam-se mais aos estudos, 7 pedem ajuda ao professor da disciplina, outros 7 buscam auxílio dos colegas, 3 recorrem a outros professores e 12 não responderam ou não têm dificuldade.

Inquiridos se já pensaram em desistir do curso, a maioria respondeu que sim e os principais motivos foram: dificuldade em conciliar estudo e trabalho (12), dificuldade na aprendizagem (6), poucas aulas práticas (5) e falta de incentivo de alguns professores (3). Entretanto, os que responderam

a alternativa “nunca pensei em desistir do curso” foram 12 e o principal motivo está em acreditarem na possibilidade de conseguir um bom trabalho.

Outra pergunta feita foi “em que aspecto o aluno necessita de apoio em sua formação”. O gráfico da Figura 8 mostra que a resposta mais significativa foi relacionada ao estágio.

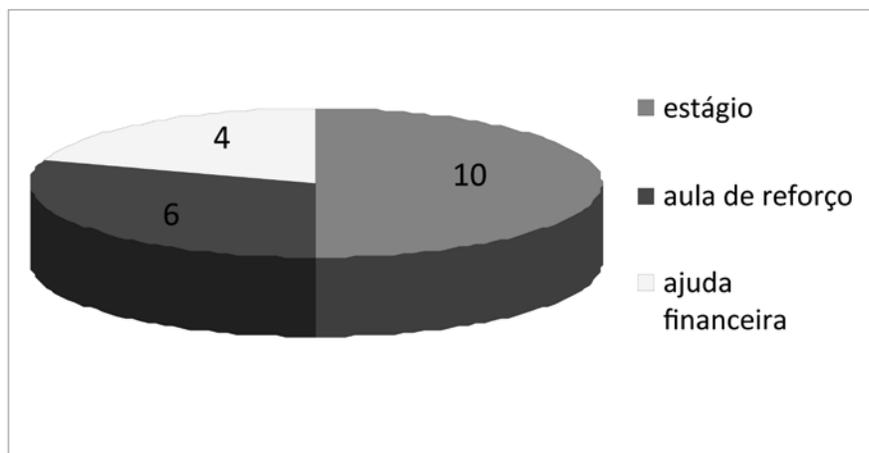


Figura 8 - Necessidade de apoio na formação

Segundo o alunado, o horário de aula de reforço disponibilizado não atende, pois acontece no período diurno, hora em que a maioria deles está trabalhando.

Baseado no questionário respondido por 38 alunos, 30 aspiram, ao concluir o curso do PROEJA, alcançar um bom emprego e outros responderam que sua expectativa é ter crescimento profissional com um curso de qualidade.

Conclusões

Não se pode negar que ao longo da história, a educação teve um avanço, expandiu-se, tornou-se obrigatória, gratuita e seu acesso ampliado e garantido. O que também aconteceu com a educação de jovens e adultos, nos últimos anos, sendo reconhecida como direito e garantida por leis. Porém a educação abre as portas para o acesso, mas não garante a permanência e tão pouco a qualidade.

Como se viu no presente artigo, o direito a uma educação de qualidade sempre foi negado aos jovens e adultos, mas tem-se no PROEJA

uma proposta de educação profissional que possibilita a esses sujeitos ingressarem no mundo do trabalho e a escolarização prima pelo princípio de uma formação integral, oportunizando um resgate social.

Embora o PROEJA não garanta aos alunos emprego ou melhoria material de vida a pesquisa revelou que uma parte dos alunos quando busca o curso o fazem motivados em ter uma profissão, melhorar seus salários e conseguir um trabalho.

Ao abordar o perfil socioeconômico dos alunos do IFF - *campus* Guarus do Curso Técnico PROEJA em Eletrônica no ano de 2010, verificou-se que a maioria pertence à classe menos favorecida, constituída em grande parte pelo gênero masculino, oriunda de uma formação educacional predominantemente pública, composta por jovens e adultos trabalhadores, muitos destes vindo do trabalho direto para a escola, depositando nesta seus anseios de uma vida melhor, com maiores oportunidades no mercado de trabalho. Esses dados já apontam para a grande importância que tem a escola pública na vida desses sujeitos que buscam na educação uma oportunidade de atuar e transformar o seu meio social e obter condições de construir novos conhecimentos.

A pesquisa apontou que uma parte dos alunos quando têm dificuldades buscam a interação com colegas como meio para superá-las. O artigo sinalizou a mediação como um importante instrumento a ser incentivado pelos professores para facilitar a aprendizagem. Outro ponto revelado pela pesquisa foi a necessidade de reconhecer os saberes prévios do educando e a associação constante entre teoria e prática, pois a valorização de seu senso comum facilita sua aprendizagem, fazendo uma ponte entre suas experiências de vida e o saber acadêmico. Portanto, a constante associação entre teoria e prática lhes permite aplicar os conhecimentos adquiridos, favorecendo, assim, uma melhor aprendizagem.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Desafios da Educação de Jovens e Adultos. *Documento-Base*, 2008.

_____. *Decreto n° 5478 de 24 de junho de 2005*.

_____. *Decreto n° 5840 de 13 de julho de 2006*.

_____. *Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Formação Inicial e Continuada/ Ensino Fundamental. *Documento-Base*, 2007.

_____. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Educação Profissional Técnica de Nível Médio/ Ensino Médio. *Documento-Base*, 2007.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, maio/jun./jul./ago. 2000.

MESZÁROS, István. *O Desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. *A formação socialmente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

